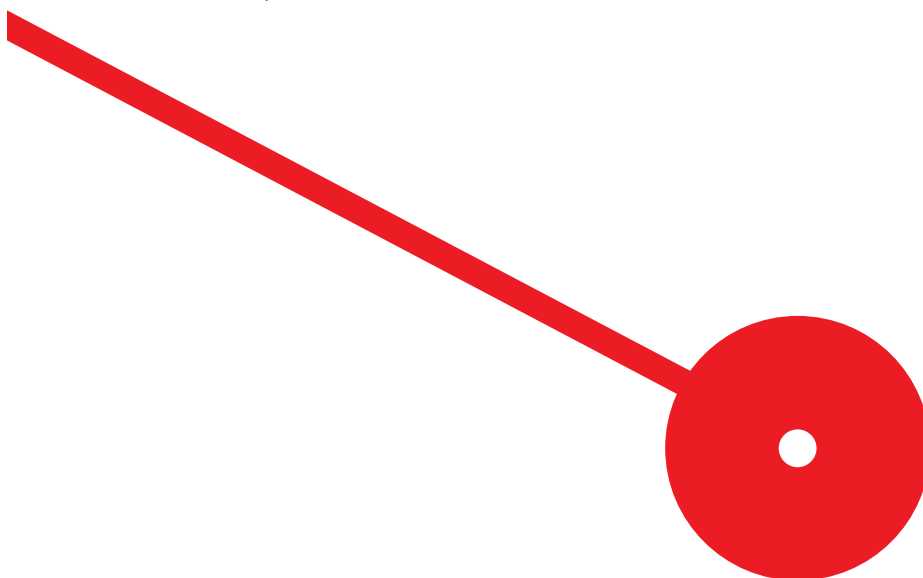




A Tradução de Linguagem Inclusiva do Ponto de Vista de Género para Português Europeu

Pedro Miguel Fernandes Vieira Salazar

10/2023

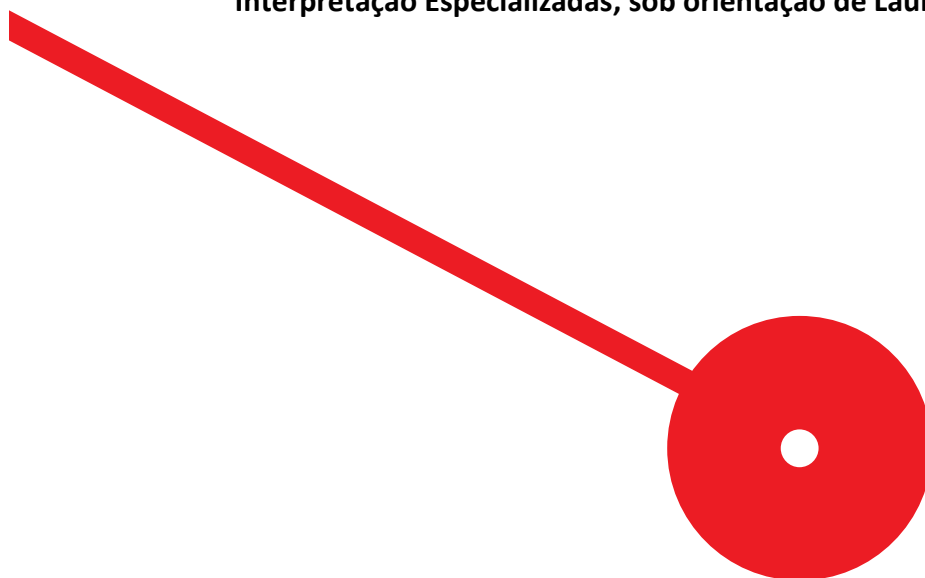




A Tradução de Linguagem Inclusiva do Ponto de Vista de Género para Português Europeu

Pedro Miguel Fernandes Vieira Salazar

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração
do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Tradução e
Interpretação Especializadas, sob orientação de Laura Tallone**



Dedicatória

Dedico esta dissertação a toda a sociedade portuguesa, na esperança de que este trabalho possa servir como ponto de partida para um debate em torno da linguagem inclusiva que considero fundamental e, no melhor cenário, para que possa contribuir para uma sociedade mais igual.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Doutora Laura Tallone, por me ter acompanhado e apoiado não só na elaboração desta dissertação, como também por ter sido uma professora inigualável desde a licenciatura em Assessoria e Tradução. A qualidade do seu ensino, a exigência que nunca faltou e a simpatia com que pude sempre contar ficarão sempre na minha memória.

Agradeço à minha avó, ao meu irmão, à minha irmã e à minha cunhada por me terem apoiado de todas as formas durante este percurso académico, por serem a família que eu sempre quis e por quererem o melhor para mim, incondicionalmente.

Agradeço a cada amigo e a cada amiga, que me acompanhou também desde o início, por me ter motivado a levar este mestrado até ao fim nos momentos em que a minha própria força de vontade não era suficiente, pelas mais variadas razões, e por terem acreditado sempre na minha capacidade.

Agradeço, de um modo geral, ao Ensino Superior Público pela qualidade de ensino, pela capacidade de me preparar para o mercado de trabalho, mas também por contribuir para a construção da minha pessoa enquanto cidadão.

Por último, mas não menos importante, e dado que a fé é um elemento importante na minha vida, agradeço a Deus por ter colocado na minha vida todas estas pessoas que mencionei e por me ajudar em todos os momentos.

Resumo:

A linguagem inclusiva do ponto de vista de género é um assunto de conhecimento generalizado, porém, pouco fundamentado, pelo menos no que toca à língua portuguesa. Ganhou mediatismo há relativamente pouco tempo, ainda que os estudos em torno desta questão tenham começado desde o século passado, com o objetivo de analisar de que forma é que a desigualdade de género influencia a linguagem e, conseqüentemente, a tradução. O presente trabalho valoriza esta questão dum ponto de vista histórico, social e linguístico, apresentando um ponto de vista fundamentado na realidade acerca do impacto do género enquanto construção social na vida das mulheres e na língua portuguesa, recorrendo também ao inglês como língua de partida e ao espanhol como língua próxima do português.

Palavras-chave: Género; Tradução; Linguagem; Mulheres.

Abstract:

Gender-inclusive language is a widely known but poorly substantiated subject, at least as far as the Portuguese language is concerned. It has only recently come to the fore, although studies on this issue have been underway since the last century, with the aim of analyzing how gender inequality influences language and, consequently, translation. This paper looks at this issue from a historical, social and linguistic point of view, presenting a reality-based view of the impact of gender as a social construct on women's lives and on the Portuguese language, using English as a source language and Spanish as a language close to Portuguese.

Key words: Gender; Translation; Language; Women.

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento	6
1 Manifestações da Linguagem Inclusiva do Ponto de Vista de Género	7
1.1 Língua Inglesa	9
1.2 Língua Espanhola.....	13
1.3 Língua Portuguesa.....	17
Capítulo II – O Género Enquanto Fenómeno Social e o Género Linguístico	20
2 A Tradução como reflexo da marginalização da Mulher	21
2.1 O Género Linguístico/Gramatical	27
Capítulo III – O Panorama Atual do Uso de Linguagem Inclusiva na Tradução de Inglês para o Português Europeu.....	30
Capítulo IV – Conclusão	43
Referências bibliográficas	47

No decorrer das últimas décadas, as discussões em torno das questões de género têm ganhado palco e visibilidade sob diversas formas, desde a esfera mais privada das nossas vidas até às mais altas instituições políticas pelo mundo fora que afetam diretamente a sociedade, a qual sofrerá os impactos positivos e negativos das decisões tomadas neste âmbito (Council of Europe, n.d.). Discutimos à mesa num jantar de família o papel social que os homens e as mulheres desempenham, opinamos nas redes sociais sobre progressos e retrocessos em matéria de direitos das mulheres e da comunidade trans, vemos os noticiários que nos atualizam sobre as mais recentes legislações aprovadas em Portugal e além-fronteiras, que tanto evidenciam o acentuar das discriminações como ao mesmo tempo nos descansam com alguns avanços civilizacionais (International IDEA, 2023), fazemos ativismo e tornamo-nos militantes políticos sob o impulso da motivação que estas causas nos trazem por razões mais ou menos pessoais e, em casos mais extremos, há quem ponha até a sua vida em risco por defender publicamente o seu projeto de sociedade (McVeigh, 2022).

De igual modo, quem trabalha na área da tradução assim como linguistas de um modo geral têm-se debruçado sobre o impacto que as desigualdades de género têm naquela que é a sua ferramenta de trabalho: a linguagem. No final do século XX, o patriarcado tornou-se alvo de uma crítica mais profunda. Este, por consistir num “sistema de relações, crenças e valores incorporados nos sistemas políticos, sociais e económicos que estruturam a desigualdade de género entre homens e mulheres” (Nash, 2020, p. 1 apud Tripathi, 2023, p.2) e por se ter enraizado na sociedade no decorrer de vários séculos, não deixou escapar o principal meio que permite ao ser humano comunicar entre si. Neste sentido, a linguagem inclusiva do ponto de vista de género passou a ser objeto de estudo e, conseqüentemente, uma arma contra o sexismo linguístico (Castro & Ergun, 2018, p.1).

Esta preocupação, apesar de afetar maioritariamente as mulheres de um ponto de vista de dimensão e por razões históricas específicas, alberga igualmente as pessoas não-binárias que na maioria dos países nem sequer usufruem do direito ao reconhecimento legal, ou seja, sob uma ótica exclusivamente formal, não existem (Legal Recognition of Non-binary Gender, n.d.). A comunidade LGBTI+, de mão dada com o movimento feminista, tem reivindicado este espaço negado às pessoas cuja identidade de género não se enquadra no binarismo e a linguagem não fica de fora desta demanda (World Economic Forum, 2019).

A linguagem inclusiva conquistou terreno mediático também em Portugal, ainda que de forma pouco expressiva e subtil (De Melo Gonçalves, 2022). Naturalmente, geram-se as mais variadas reações e o debate público que logo se esvanece num espaço de dias, precisamente por ainda ser uma questão que não despertou consciência suficiente para que se possa criar na sociedade portuguesa uma polarização notória relativamente a este assunto. Não obstante, não fosse este um assunto realmente importante e que põe em causa o privilégio masculino e todos os interesses a ele inerentes, não teríamos forças políticas reacionárias de extrema-direita e até de direita conservadora a tentarem travar este caminho através da criminalização e da desinformação (Erdocia, 2021). A título de exemplo, em Espanha, o Parlamento autónomo da Múrcia aprovou uma moção com os votos favoráveis do Partido Popular (PP) e do Vox, que permite multar quem nas administrações públicas da Região utilize linguagem inclusiva, pedindo ao Conselho do Governo que adote “quantas medidas legislativas, sancionatórias ou regulatórias” considerarem necessárias para “garantir o conhecimento e a correta utilização, de acordo com a atual norma gramatical da língua espanhola, pelas administrações públicas da área geográfica da Região de Múrcia” (Catanesi, 2021). Os mesmos partidos uniram-se no município de Majadahonda, em Madrid, numa proposta com o objetivo de "eliminar o uso da chamada linguagem inclusiva em todos os documentos oficiais da Câmara Municipal de Majadahonda, bem como em documentos, folhetos, informações, comunicados de imprensa, etc. em que a Câmara Municipal participe direta e indiretamente" (Coto, 2021). O Governo brasileiro outrora liderado por Bolsonaro vetou também o uso da linguagem inclusiva em projetos culturais, afirmando que "o que se convencionou chamar de linguagem neutra, na verdade, não é linguagem, é mera destruição ideológica da nossa língua". Significa isto que qualquer artista que quisesse financiar um projeto seu com recursos do Estado só teria acesso aos mesmos se não usasse estas estratégias linguísticas mais inclusivas (Lusa, 2021).

Por se tratar de um tema importante e pouco explorado em Portugal, serve o presente estudo como mote para um debate mais aprofundado e generalizado, para uma reflexão sobre a dimensão social e política que a linguagem inclusiva comporta. De forma a concretizar este propósito, ao longo deste trabalho serão abordadas as estratégias encontradas e consensualizadas no meio académico para retirar as mulheres e as pessoas não-binárias da marginalização linguística, o conceito de género enquanto construção social equiparado ao papel da tradução na sociedade até aos dias de hoje e, no final, a

atualidade em Portugal do uso de linguagem inclusiva na tradução de inglês para o português europeu.

No primeiro capítulo, as estratégias para o uso de linguagem inclusiva são precedidas de um contexto histórico relativamente ao início do estudo da desigualdade de género na linguagem e na tradução. Por um lado, serão abordados os motivos que levaram várias pessoas a debruçarem-se sobre este assunto e a teorizar acerca do mesmo, por outro lado, será descrito o desenrolar desta preocupação a nível internacional do ponto de vista institucional – por exemplo, através de legislações, de recomendações ou da criação de guias práticos por diversos organismos – e também do ponto de vista prático, através da demonstração das estratégias consensualizadas para a adoção de uma linguagem não-sexista, ou seja, de mecanismos de eliminação do género masculino como um género neutro, encontrando vias para colocar em pé de igualdade o género feminino e, na medida em que seja possível e sem que isso signifique um atropelo das regras gramaticais estabelecidas, de quem não se identifica com o género masculino nem com o género feminino.

No segundo capítulo, é abordada a relação entre tradução, género e linguagem ao longo da história, sendo fulcral o conceito de género enquanto fenómeno social para explicar como é que as mulheres têm enfrentado desafios sociais derivados da linguagem sexista e do sexismo em si. De igual modo, é mencionado o movimento feminista e a sua importância no questionamento do uso do masculino como um género neutro na linguagem, assim como a construção social do género e a forma como as expectativas de género afetam a vida das pessoas desde a infância, esclarecendo por isso a importância da igualdade de género como forma de ultrapassar os desafios que advêm do surgimento de movimentos reacionários e ultraconservadores que negam o conceito de género e que olham para esta questão como uma guerra cultural, uma ameaça à língua e à própria sociedade. A conclusão deste capítulo versa sobre o género linguístico/gramatical que, apesar de não estar diretamente relacionado com o género enquanto fenómeno social nem com o sexo biológico, não deixa de ser pertinente no sentido de desmistificar a ideia de que estes poderão ser confundidos e, conseqüentemente, invalidar ou diminuir a relevância da preocupação com o sexismo presente na linguagem.

O terceiro e último capítulo consistirá na comparação entre textos originalmente redigidos em inglês, provenientes de instituições e organismos internacionalmente reconhecidos, a sua tradução para o português europeu, de modo a retirar uma conclusão

acerca do ponto em que nos encontramos em Portugal no que toca à atenção ao uso de linguagem inclusiva do ponto de vista do género por parte de quem traduz, e também a tradução de inglês para espanhol, com o objetivo de perceber se há alguma diferença quando comparado com o português.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

1 Manifestações da Linguagem Inclusiva do Ponto de Vista de Género

Até ao início dos anos 70, o género masculino desempenhava na linguagem, de forma escassamente contestada, o papel de género neutro, ou seja, além de se representar a si mesmo – aos homens – englobava o género feminino, referindo-se também a mulheres. Por outro lado, o género feminino sempre representou e representa exclusivamente as mulheres. A título ilustrativo, o termo todos tanto poderia representar um grupo de cem homens, como um grupo de cem pessoas em que cinquenta são homens e cinquenta são mulheres, como um grupo de cem pessoas em que noventa e nove são mulheres e apenas uma é um homem; o termo todas aplicar-se-ia apenas se as cem pessoas fossem mulheres. Foi segundo esta lógica que surgiu a linguagem inclusiva do ponto de vista de género, também denominada linguagem não-sexista, que começou a ser objeto de estudo no Canadá nessa mesma década, pondo em causa o masculino como género linguístico dominante até àquele momento (Castro & Ergun, 2018, p.18).

Como consequência do português ser uma língua de género gramatical onde o género é uma categoria morfossintática, todos os nomes – desde animais, a objetos ou qualquer outra coisa – têm também género (Choupina, 2017, p.65). No entanto, esta realidade é mais complexa, pelo que dedicarei a última parte do segundo capítulo de forma a esclarecer o motivo pelo qual continua a fazer sentido criticar construtivamente o sexismo presente na língua portuguesa.

Tem sido desenvolvido um esforço internacional e interinstitucional (em instituições políticas, governamentais, empresariais, entre outras) desde a década de 80 que visa modificar essa situação, caindo por terra a ideia sem fundamento e meramente baseada no desconforto com a mudança e com a maior visibilidade que tem sido atribuída a esta temática de que este é um assunto recente e que “está na moda” (Castro & Ergun, 2018, p.1). Após cerca de meio século de estudos acerca da linguagem inclusiva, facilmente se conclui que esta atenção não se trata de uma mera conformação com o discurso político e mediático mais atual que tem tocado nesta questão com uma frequência e uma dimensão que não assistíamos há cerca de uma década através da comunicação social, de campanhas publicitárias ou das redes sociais, mas advém da conclusão de que a linguagem em si tem um papel fundamental na manutenção das desigualdades de género: nas mentalidades, nas atitudes, nos comportamentos e no reforço do privilégio masculino (ONU Mujeres, 2017, p.1). Em suma, também nesta esfera as mulheres são

empurradas para segundo plano, assim como as pessoas não-binárias, incluídas mais recentemente no desenvolvimento desta reestruturação linguística fruto de reivindicações da comunidade LGBTI+.

As estratégias para o uso de linguagem inclusiva do ponto de vista de género são diversas e estão adaptadas a cada língua. Esta adaptação prende-se com o facto de que há três grupos de idiomas com relações diferentes com o género linguístico: línguas de género natural, línguas com marca de género e línguas sem marca de género. No caso das línguas de género natural, como o inglês, a maioria dos substantivos são neutros em género e há pronomes pessoais específicos para cada género, ou seja, para se reduzir ao máximo o emprego de termos específicos quanto ao género, recorre-se à neutralização, rejeitando-se palavras que se referem exclusivamente a homens ou a mulheres, para que sejam aplicáveis a ambos (por exemplo, em vez de *councilman* ou *councilwoman* diz-se *councilperson*, em vez de *fireman* diz-se *firefighter*). Nas línguas com marca de género, como o português e o espanhol, os substantivos variam em género e o género dos pronomes corresponde ao género do substantivo ao qual se referem, o que obriga ao recurso a outras formas de neutralização que não a alteração das palavras por ser gramaticalmente impossível (por exemplo, as formas mais recorrentes são a feminização das palavras, criando-se a versão feminina de nomes que anteriormente só existiam no masculino – *juiz/juíza* –, e a alternância entre masculino e feminino – *alunos e alunas*). No caso das línguas sem marca de género, como o finlandês, não existe género nem para substantivos nem para pronomes, o que dispensa naturalmente o recurso a técnicas para tornar a linguagem mais inclusiva desse ponto de vista, salvo raríssimas exceções (Parlamento Europeu, 2018).

No que toca ao inglês, ao português e ao espanhol, apesar das diferenças mencionadas no parágrafo anterior sobre a relação que têm com o género, há um ponto em comum que permanece bastante enraizado, à partida impossível de contornar e que obriga ao recurso a variadas estratégias: o binarismo de género. O binarismo de género na linguagem significa que a língua possui apenas dois géneros – masculino e feminino – e este é um entrave que traz diversas complicações, principalmente à língua portuguesa e à língua espanhola. Na falta de um género neutro que possa representar homens e mulheres em conjunto e pessoas não-binárias isoladamente ou juntamente com homens e mulheres, restam as estratégias.

Quando visualizamos o texto que redigimos, em primeiro lugar, a forma mais fácil de evitarmos recorrer a qualquer tipo de estratégia passa por pensarmos se o uso do género é realmente necessário ou se é acessório e pode ser removido. Em seguida, detetar onde e quais as estratégias que são possíveis utilizar quando o género masculino é empregue como generalizador, mas convém também detetar quando é que há estereótipos de género que, por vezes, recorrem ao género feminino como um falso neutro ou a formulações de frases que atribuem funções a homens ou a mulheres com base no seu género. Contudo, independentemente das estratégias escolhidas e das línguas em que são aplicadas, a linguagem inclusiva do ponto de vista de género deve ter sempre em conta dois fatores: o respeito pelas regras gramaticais e a não interferência com a fluidez e a discrição no decorrer do discurso e da escrita, permitindo a naturalidade que existia na fase anterior à preocupação com a questão de género (ONU Mujeres, 2017, p.1).

1.1 Língua Inglesa

- O pronome neutro *They*

Em 2019, o dicionário norte-americano *Merriam-Webster* adicionou o pronome *they* como pronome singular neutro (Wheeler, 2018). O objetivo consistiu em abrir a possibilidade às pessoas não-binárias de poderem usar um pronome que não fosse masculino nem feminino, *he* ou *she*, resultando na seguinte definição: “usado para se referir a uma pessoa cuja identidade de género é não-binária” (tradução nossa). Naturalmente, esta decisão gerou controvérsia por parte de quem, enquanto linguista, se posiciona de forma mais conservadora e puritana, e de personalidades reconhecidas pelo seu ativismo anti-LGBTI+, como Ben Shapiro (Knox, 2017). De forma a esclarecer todo o constrangimento gerado, o dicionário Merriam-Webster publicou uma nota onde explica os critérios para a inserção de um novo termo (Editors of Merriam-Webster, 2021): “Todas as novas palavras e significados que introduzimos nos nossos dicionários cumprem três critérios: uso significativo, uso sustentado e uso generalizado. O *they* não-binário tem um significado claro; encontra-se em textos publicados, em transcrições e no discurso geral; e a sua utilização tem vindo a aumentar constantemente nas últimas décadas” (Tradução nossa).

As reações negativas tiveram a sua principal motivação no reconhecimento que o dicionário fez das pessoas não-binárias e na utilização do pronome *they* como singular

neutro em si, uma vez que este, hoje, é já um problema ultrapassado e que enfrentou também bastante controvérsia. No mesmo dicionário, o pronome *they* já era descrito da seguinte forma: “Com um antecedente que se refere a um indivíduo de forma genérica ou indefinida, usado especialmente para fazer uma referência geral a esse indivíduo sem especificar o género” (Tradução nossa). De acordo com o *The Oxford English Dictionary*, o pronome *they* como singular neutro é usado desde o século XIV (Editors of Merriam-Webster, 2020) pelos mais famosos escritores e escritoras ingleses, tendo sido em 1375 registada a primeira ocorrência (altura em que surge o romance medieval *William and the Werewolf*) e depois, em 1386, por Geoffrey Chaucer em *The Canterbury Tales*. William Shakespeare utilizou este pronome variadas vezes, nomeadamente em *A Comedy of Errors* e *Hamlet*, assim como Jane Austen, Charles Dickens, W.H. Auden e até mesmo pessoas em geral que (tanto ao falar como ao escrever), sem se aperceberem, usavam o *they* singular. Na prática, funciona da seguinte forma: “Someone left here their keys”, ou seja, sendo aquele “alguém” uma pessoa cujo género não se sabe qual é, o *his* e o *her* são substituídos por *their* (apud Debczak, 2022b). No entanto, ainda assim, gramaticistas do século XVIII afirmaram que o *they* singular era inválido uma vez que o plural não pode ser precedido do singular, esquecendo-se ou ignorando a evolução semelhante do pronome *you*. Durante vários séculos, o pronome *you* era exclusivamente plural e apenas era usado no singular quando a forma de tratamento era mais polida, bem-educada, caso contrário, os pronomes singulares eram *thou*, *thee* ou *thy*, mas, logo no século XVII, sem ignorar a resistência oferecida, foram substituídos por *you*. Nesse mesmo século, George Fox, fundador de uma religião derivada do protestantismo britânico chamada Quakerismo ou Sociedade Religiosa dos Amigos, escreveu um livro onde apelidava de “tolos” a quem usasse o pronome *you* no singular: “Is he not a Novice and unmannerly, and an Ideot and a Fool, that speaks You to one, which is not to be spoken to a Singular, but to many? O Vulgar Professors and teachers, that speak Plural, when they should Singular Come you Priests and Professors, have you not learnt your Accidence?” (Fries, 1927). Volvido outro século, foram feitos testes por gramaticistas com estudantes e docentes de forma a averiguar qual era a relação destes com o pronome. A conclusão foi a de que quando não havia docentes presentes a ouvir, os alunos e as alunas utilizavam *you* no singular (e o mesmo acontecia ao contrário), até ao ponto em que o ridículo era usar *thou*, *thee* ou *thy*.

- Expressões neutras em género

Uma vez que várias palavras foram criadas tendo como ponto de partida a ideia de que os homens e as mulheres estavam destinados a cumprir determinados papéis de género atribuídos socialmente, tornou-se necessário adaptar ou até mudar completamente vários termos para que os mesmos não excluíssem as mulheres da equação e para que não se perpetuasse a ideia de que há, por exemplo, profissões ou cargos de homem e outros de mulher (Cambridge Dictionary, 2023).

Existem variados processos de formação de palavras na língua inglesa – prefixação, sufixação, composição, etc. – que permitem criar novas palavras ou modificar o significado das palavras que já existem, ou seja, a substituição de expressões com marca de género como referência genérica por expressões verdadeiramente neutras é uma manifestação importante de linguagem inclusiva do ponto de vista de género. A título de exemplo, ao invés de *Mankind* para se referir à humanidade, *Humankind* torna-se mais abrangente verdadeiramente, uma vez que a humanidade não é constituída apenas por homens; *Chairman* é outro caso que evidencia a presunção da ocupação desse cargo por um homem por ser um cargo elevado, contudo, havendo mulheres a presidir/dirigir, *Chairperson* torna-se mais adequado; da mesma forma, *Policeman* já não é uma profissão reservada apenas a homens por ser associada a autoridade e a exercício de força, daí que *Police officer* seja o termo mais correto (United Nations, n.d.).

- Linguagem inclusiva

No caso de haver situações em que o problema não se encontra no substantivo, a necessidade passa por alterar a frase de forma a torná-la neutra em género. Há quatro formas de fazer esta alteração: através da omissão do pronome masculino de referência, através do uso do plural para os sujeitos e pronomes de referência, o uso de “they” para sujeitos singulares e o uso da voz passiva.

Usando como exemplo a frase “A cook always tastes his food before serving it.”, as estratégias de utilização de linguagem inclusiva funcionaríam da seguinte forma:

- a) Omissão do pronome masculino de referência

“A cook always tastes the food before serving it.”

- b) Uso do plural para os sujeitos e pronomes de referência

“Cooks always taste their food before serving it.”

- c) Uso de “they” para sujeitos singulares (uma estratégia mais recente e não totalmente consensualizada ainda)

“A cook always tastes their food before serving it.”

- d) Uso da voz passiva

“The food must be tasted before it is served by the cook.”

As estratégias referidas anteriormente, além de corrigirem a invisibilização do gênero feminino, uma vez que o gênero masculino deixa de ser usado como gênero neutro e geral, abarcam também a possibilidade de se incluir pessoas que não se enquadram no binarismo de gênero, uma vez que o gênero feminino tampouco é mencionado. No entanto, existem estratégias para quando se pretende manter o binarismo de gênero sem privilegiar o gênero masculino: o uso de palavras de referência masculinas e femininas ao mesmo tempo (ainda que convenha não tornar esta estratégia demasiado repetitiva de forma a manter a naturalidade), a alternância de gêneros e pronomes e o uso de barras para separar ambos os gêneros – todas as estratégias devem ser utilizadas de forma adequada de forma a não poluir visualmente o texto, afetando a fluência da leitura, tal como sugere a ONU Mulheres da Ásia e Pacífico no seu Guia para uma Linguagem Inclusiva em Gênero (UN Women, n.d.).

Usando como exemplo algumas frases diferentes, as estratégias de utilização de linguagem inclusiva funcionariam da seguinte forma:

- a) Uso de palavras de referência masculinas e femininas ao mesmo tempo

Sem estratégia: “A good doctor is kind to **his** patients”

Com estratégia: “A good doctor is kind to **his or her** patients.”

- b) Alternância de géneros e pronomes

Sem estratégia: “No matter **his** skin colour, **his** religion, all **men** are equal.”

Com estratégia: “No matter **his** skin colour, **her** religion, **everyone** is equal.”

- c) Uso de barras para incluir ambos os géneros

Sem estratégia: “A teacher should respect all **his** students.”

Com estratégia: “A teacher should respect all **his/her** students.”

1.2 Língua Espanhola

- O pronome neutro – Elle

Em 2020, a Real Academia Española criou o “Observatorio de palabras” com o objetivo de definir neologismos recentes, estrangeirismos, tecnicismos, regionalismos, entre outras palavras que a RAE não aceita oficialmente, mas que devido à frequência com que são utilizadas e devido à quantidade de pessoas que as utiliza podem gerar dúvidas acerca do seu significado. São palavras que não geraram um consenso ao ponto de serem admitidas no dicionário e que podem ao fim de pouco tempo cair em desuso e ser alteradas, como por exemplo: *porfa* (por favor), *espóiler* (spoiler), *ranquin* (ranking), entre outras (Morales et al., 2020).

O pronome “elle” foi incluído no Observatorio de palabras no mesmo ano (RTVE, 2020) e possuía a seguinte definição: “pronome de uso não generalizado criado para fazer alusão a quem possa não se sentir identificado com nenhum dos géneros tradicionalmente existentes” (tradução nossa). Esta inclusão deveu-se ao facto deste pronome nos últimos tempos ser usado cada vez mais em plataformas como as redes sociais decorrente de uma maior visibilização das pessoas não-binárias, mas o pronome foi removido menos de uma semana após a sua admissão no Observatório, pelo facto de isto ter gerado confusão nas pessoas que pensaram que este pronome estava inserido já no dicionário. A RAE concluiu que antes de voltarem a adicionar o pronome “elle”, o mesmo deveria ganhar um alcance

mais alargado na sociedade e deveria estar também mais solidificado, à semelhança dos outros termos que o Observatório possui, ainda que estes termos possam não ser aceites pela máxima autoridade da língua espanhola no dicionário (Nacion, 2020).

Naturalmente, a criação deste pronome implicaria uma mudança mais profunda da língua espanhola que passaria pela adaptação de todos termos utilizados para definir ou para fazer referência a pessoas. Quem usa este sistema linguístico não oficial, nomeadamente associações LGBTI+ e pessoas individuais através principalmente das redes sociais, além das terminações em “o” (masculino) e “a” (feminino), usam a terminação em “e”, fazendo jus ao pronome “elle”.

No Governo espanhol, a ministra da Igualdade Irene Montero teve um papel preponderante na normalização desta questão linguística através dos seus discursos parlamentares, das suas intervenções enquanto representante do seu partido – Unidas Podemos – dentro e fora de portas, assim como ao dirigir-se à comunicação social acerca deste tópico. Segundo Irene Montero, “o que não se nomeia não existe” e o género masculino ser oficialmente tido como neutro trata-se, segundo refere, não apenas de uma questão meramente linguística, mas de uma questão política que pretende convencer as mulheres de que as mesmas não têm valor (Carvajal, 2021). Por estes motivos, comprometeu-se a abraçar o pronome neutro sempre que possível. Numa entrevista ao *La Hora de la 1*, a ministra explicou que “o masculino neutro é político e tem uma função política na sociedade muito clara, que é dizer a nós, mulheres, desde que somos muito pequeninas que não valemos para as coisas importantes, que não valemos para sermos cientistas, para médicos ou médicas e invisibiliza-nos na educação, nos livros, em todos os referenciais, nos meios de comunicação”. A atenção voltou-se para a ministra neste âmbito pelo emprego de expressões como “todos, todas y todes”, “hijos, hijas e hijes”, “niños, niñas y niños”, “escuchados, escuchadas y escuchades” e a sua resposta ao mediatismo gerado centrou-se no papel que assumiu de proteger a comunidade LGBTI+, nomeadamente as pessoas que não se identificam como homens nem como mulheres e que têm direito a proteção legal por parte do Estado. Em 2021, a linguagem inclusiva utilizada pela ministra num comício de campanha transformou-se no lema oficial do Governo espanhol para o Orgulho LGBTI+ de 2021 que o Ministério da Igualdade viria a utilizar nos seus cartazes e mensagens – “Orgullo de Todas, Todos y Todes – Por una España feminista y diversa” (Durán, 2021).

Ainda assim, apesar dos esforços no sentido de consciencializar a população espanhola tanto por parte de pessoas individuais como por parte de associações, coletivos, representantes de partidos políticos e do próprio Governo, o pronome neutro não pode ser utilizado oficialmente até que a RAE o valide e incorpore no dicionário, sendo necessário recorrer a diferentes estratégias para promover a igualdade de género na linguagem entre homens, mulheres e também pessoas não-binárias.

- Linguagem Inclusiva

Tal como foi explicado inicialmente, em espanhol, os substantivos variam em género e o género dos pronomes corresponde ao género do substantivo ao qual se referem, ou seja, uma vez que a própria língua impossibilita a manipulação das palavras, as estratégias inclusivas do ponto de vista de género devem sempre manter a sensação de naturalidade, assim como devem respeitar as regras gramaticais, optando por outras vias.

Em diferentes ocasiões – em publicidades, anúncios, jogos, nas redes sociais, na escola, no trabalho ou em qualquer outro contexto – certamente já pudemos observar o uso do “x” ou do “@” em substituição dos pronomes binários e das terminações masculinas e femininas de forma a cobrir este vazio linguístico. Contudo, há uma pergunta que deve ser levantada logo à partida: como é que se lê a palavra se o “@” não é uma letra e se o “x” a torna impronunciável? Além de ser impronunciável para qualquer pessoa que consiga ler, quem por qualquer razão não conseguir e depender, por exemplo, de dispositivos eletrónicos para ouvir um texto não terá a mesma acessibilidade uma vez que o termo é irreconhecível e, por consequência, ilegível e inaudível. Por este motivo, o uso destas estratégias não é recomendável, precisamente porque a inclusão feita desta forma não pode ser fator de exclusão de outros grupos sociais (Urouro, 2019).

As estratégias recomendadas e utilizadas tanto de um ponto de vista informal como formal passam pela eliminação do género masculino, pela alternância entre o género masculino e o feminino, pelo uso de expressões neutras em género e pelo uso de barras para incluir o masculino e o feminino (ONU Mujeres, 2017).

Usando como exemplo algumas frases diferentes, as estratégias de utilização de linguagem inclusiva funcionariam da seguinte forma:

- a) Eliminação do género masculino

Sem estratégia: “**El trabajador** debe luchar por sus derechos”

Com estratégia: “**La persona trabajadora** debe luchar por sus derechos”

Nota: A antecipação do substantivo com a palavra *persona* é a forma mais fácil de tornar a frase inclusiva uma vez que mesmo que depois haja algum termo de referência a esse substantivo, em vez de estar no masculino estará no feminino, um feminino verdadeiramente neutro uma vez que “*persona*” refere-se a qualquer pessoa independentemente do género.

- b) Alternância entre o género masculino e o feminino

Sem estratégia: “**Los alumnos** están estudiando para la prueba”

Com estratégia: “**Los alumnos y las alumnas** están estudiando para la prueba”

Nota: Esta estratégia também pode ser acompanhada de uma troca de ordem ao longo do texto, ou seja, em vez da primeira palavra estar sempre no género masculino e a seguinte após a conjunção aditiva no género feminino, as posições podem ir trocando.

- c) Uso de expressões neutras em género

Sem estratégia: “A **los médicos** se les paga demasiado poco”

Com estratégia: “Al **personal médico** se le paga demasiado poco”

- d) Uso de barras para incluir o masculino e o feminino

Sem estratégia: “Él ha comprado regalos para sus **amigos**”

Com estratégia: “Él ha comprado regalos para sus **amigos/as**”

Nota: A barra, apesar de não dever ser usada de forma muito repetitiva por motivos de fluência da leitura (como explicado inicialmente), é uma

alternativa mais recomendável que o uso de parênteses – por exemplo, “amigos(as)” – uma vez que o género feminino dentro de parêntesis dá uma perceção de ser algo secundário, acrescentado ao discurso e que de igual forma poderia não estar presente, mais não seja pela própria definição de parêntese segundo o Dicionário Priberam que cito: “Palavra ou frase interposta no discurso”.

1.3 Língua Portuguesa

- O pronome neutro – Elu/Eli

À semelhança da língua espanhola, a língua portuguesa é uma língua com marca de género, ou seja, os condicionamentos na adoção de linguagem inclusiva e as estratégias possíveis para o uso da mesma cumprem a mesma lógica.

Apesar de o objeto de estudo ser o português europeu, não é demais usar como exemplo o português do Brasil como termo de comparação no que toca à procura por uma solução que permita uma terceira via linguística que fuja ao binarismo de género. O Sistema Elu/Eli – um sistema que além dos pronomes “ele” e “ela” reconhece também o pronome “elu” ou “eli” e que sugere a terminação em “e” para palavras terminadas em “a” ou em “o” – é um sistema comum tanto no Brasil como em Portugal, utilizado essencialmente nas redes sociais, coletivos e associações LGBTI+ e feministas e nos meios ativistas, mas que, à semelhança do que acontece nos países de língua oficial espanhola, não é oficialmente reconhecido (De Melo Gonçalves, 2022). No que toca a esta questão, o Brasil é um país que se pode considerar mais avançado, uma vez que existem mais estudos realizados e literatura publicada acerca da desigualdade de género na linguagem, fruto da veia ativista que pulsa mais neste país do que em Portugal, sem ignorar que, ao mesmo tempo, e em comparação com Portugal, o Brasil é um país onde a desigualdade entre homens e mulheres é maior, encontrando-se 25 posições abaixo no ranking de paridade de género de 2023 do Fórum Económico Mundial (2023), onde o preconceito contra a comunidade LGBTI+ é mais visível, letal, violento, alvo de reacionarismo político e de fanatismo religioso (Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2022), sem esquecer que é o país do mundo no qual mais pessoas trans são assassinadas (Vasconcelos, 2023). Este cenário infeliz acaba por justificar um progresso mais evidente e acelerado em relação à luta por uma linguagem que inclu

verdadeiramente todas as pessoas, incluindo as que não se identificam como homens ou como mulheres.

- Linguagem Inclusiva

Em Portugal, o uso de linguagem inclusiva tem ganhado mais relevo e, hoje, muito facilmente vemos esta tentativa de incluir as mulheres no discurso, seja nas empresas, na publicidade, na comunicação social ou na política. Contudo, uma linguagem inclusiva ainda concentrada no binarismo de género, ou seja, uma linguagem não-neutra, coloca Portugal numa posição ainda relativamente atrasada em comparação com Espanha ou com a Argentina.

As estratégias recomendadas e utilizadas, à semelhança da língua espanhola, tanto de um ponto de vista informal como formal, passam pela substituição de formas marcadas quanto ao género por pronomes invariáveis ou por frases passivas, pela alternância entre o género masculino e o feminino, pelo uso de expressões neutras em género e pelo uso de barras para incluir o masculino e o feminino (Parlamento Europeu, 2018).

Usando como exemplo algumas frases diferentes, as estratégias de utilização de linguagem inclusiva funcionariam da seguinte forma:

- a) Substituição de formas marcadas quanto ao género por pronomes invariáveis ou por frases passivas

Sem estratégia: “**O trabalhador** deve lutar pelos seus direitos”

Com estratégia: “**Quem trabalha** deve lutar pelos seus direitos”

- b) Alternância entre o género masculino e o feminino

Sem estratégia: “**Os alunos** estão a estudar para o exame”

Com estratégia: “**Os alunos e as alunas** estão a estudar para o exame”

- c) Uso de expressões neutras em género

Sem estratégia: “**Os médicos** recebem um salário demasiado baixo”

Com estratégia: “**O pessoal médico** recebe um salário demasiado baixo”

- d) Uso de barras para incluir o masculino e o feminino

Sem estratégia: “Ele comprou prendas para **os amigos**”

Com estratégia: “Ele comprou prendas para **os/as amigos/as**”

Sendo o alvo deste estudo uma análise do uso de linguagem inclusiva no processo de tradução da língua inglesa para a língua portuguesa, revelou-se importante mencionar a língua espanhola como exemplo, tanto de um ponto de vista social e cultural, no que toca ao ponto atual em que se encontram os países falantes desta língua nesta matéria, como de um ponto de vista linguístico, dada a proximidade do espanhol e do português, também por serem línguas com marca de género.

Uma vez demonstrado o consenso em torno da forma como deve ser aplicada linguisticamente a preocupação com a desigualdade de género, através da contextualização do panorama atual e das estratégias que devem ser utilizadas nos diversos contextos, torna-se relevante entender o porquê desta ser então uma questão merecedora de especial atenção no decorrer de todo este tempo. Deste modo, segue-se a história do papel do homem e da mulher na sociedade, o significado do conceito de género e o entendimento daquele que é o impacto de ambos nas múltiplas esferas da nossa vida, sobretudo no mundo da linguagem e da tradução.

**CAPÍTULO II – O GÉNERO ENQUANTO FENÓMENO SOCIAL E O
GÉNERO LINGUÍSTICO**

2 A Tradução como reflexo da marginalização da Mulher

Os estudos realizados ao longo de décadas acerca do papel da tradução no mundo literário e sobre o papel da mulher na sociedade e a sua evolução tornam evidente que a tradução e as mulheres caminharam e batalharam até aos dias de hoje no sentido de reclamar um lugar na sociedade que lhes tem sido negado e desvalorizado, histórica e socialmente. Nas palavras de Susanne de Lotbinière Harwood, “Eu sou uma tradução porque sou uma mulher” (Tradução nossa) (Simon, 2003 apud Lotbinière-Harwood 1991 : 95). Sendo o conceito de género um fator tão fraturante na sociedade ao ponto de se imiscuir na esfera tradutiva, torna-se importante defini-lo. O género consiste, grosso modo, em tudo o que tem sido descrito ao longo deste trabalho. A distinção entre género enquanto papel social e sexo como um fenómeno biológico foi introduzida pela primeira vez por um sexólogo chamado John Money, em 1955, mas esta distinção apenas ganhou mais relevo a partir dos anos 70 graças à teorização mais aprofundada pelo movimento feminista (Lattanzio & Ribeiro, 2017, p.412). Até ao dia de hoje, tanto as ciências sociais como a Organização Mundial de Saúde validaram esta teoria, definindo o género como uma construção social imposta aos seres humanos logo à nascença com base no sexo, ou seja, na genitália, nos órgãos sexuais externos que separam à partida os seres humanos entre machos e fêmeas. Esta construção social resulta, em primeiro lugar, da atribuição de uma identidade de género masculina se o bebé nascer com um pénis ou de uma identidade de género feminina se o bebé nascer com uma vulva e, em seguida, ao longo do crescimento da pessoa, dos papéis sociais e dos comportamentos que irão ter, tendo também como base o seu género (World Health Organization, 2019).

Estes papéis vão-se reforçando ao longo da vida. Desde cedo, as roupas que vestem, os brinquedos com que brincam, as brincadeiras que fazem e as cores que usam atribuem imediatamente a quem olha de fora uma identidade ao bebé ou à criança, mesmo sem saberem como se chama. Ao longo do crescimento, dependendo se é menino ou menina, homem ou mulher, cada pessoa irá experienciar de forma diferente aquilo que a sociedade espera de si com base apenas no seu género. Das raparigas e das mulheres esperar-se-á que sejam mais contidas, que estejam sempre atentas à forma como se apresentam porque qualquer descuido comprometerá a sua credibilidade e capacidade, que se circunscrevam à esfera doméstica desde muito cedo para tratarem das limpezas, da cozinha, das arrumações, das compras, de lavar, passar e dobrar as roupas que são suas e também as do irmão que é rapaz e não tem de tratar disso precisamente por ser rapaz, que se vistam

de forma púdica, que não saiam sozinhas à noite e que fiquem sempre sóbrias para não atraírem homens assediadores e violadores, que a sua vida sexual seja somente ativa em relações duradouras se não quiserem ser vistas como vadias promíscuas, que não elevem o tom de voz nem falem de forma assertiva porque assertividade no feminino significa indelicadeza, que não sonhem demasiado alto em relação à carreira profissional porque têm de casar, constituir família e ficar em casa a cuidar das crianças, que não ocupem lugares de chefia ou de poder político porque são mais emocionais do que racionais e, claro, que não esperem ganhar um salário igual ao homem por trabalho igual. Dos rapazes e dos homens esperar-se-á desde cedo que se interessem por tudo o que envolva competição, força e até violência, que tenham várias namoradas, que não chorem nem sejam vulneráveis porque isso os torna frágeis, que não cuidem demasiado do visual ao ponto de comprometerem a sua heterossexualidade, que sejam chefes de família e que se preocupem mais com o sustento financeiro da mesma do que propriamente com a componente afetiva e emocional, que mantenham a carreira profissional estável a qualquer custo porque aí está a garantia de que valem alguma coisa, que mostrem a sua masculinidade na rua durante a noite a mandar piropos ou a defenderem a sua honra entrando em confronto físico com outros homens para inglês ver, que vão para a cama com o máximo de mulheres que conseguirem antes de se casarem para aproveitarem a vida e que o uso de contraceptivo não seja uma preocupação sua porque, afinal, quem engravida não são eles, que sonhem alto e cheguem aos mais altos cargos nas suas empresas e nas instituições políticas porque é esse o seu lugar natural.

Uma vez definido e desenvolvido o conceito de género enquanto construção social, torna-se mais clara a razão pela qual a segunda onda feminista ocidental dos anos 70 reivindicava a libertação das mulheres da linguagem que as invisibiliza e as coloca em segundo lugar, privilegiando o homem (Litosseliti, 2014, p.23). Dado que a cultura ocidental tem sido fortemente influenciada ao longo das últimas décadas pelo pensamento feminista, a linguística acabou também por se tornar num objeto de estudo numa ótica de emancipação. Como reivindicava um dos grandes lemas da luta feminista em França, “a libertação da mulher deve ser em primeiro lugar uma libertação da linguagem”. A autoria desta afirmação pertence à escritora feminista e professora Hélène Cixous que, tal como as/os teóricas/os feministas, linguistas e ativistas desta época, criticava o peso do patriarcado na linguagem, indo ao encontro do entendimento de Simone de Beauvoir que afirmou que “a linguagem corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas

leva, de facto, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete os seus valores, as suas pretensões, os seus preconceitos. Deve ser utilizada com cuidado.” (Tradução nossa) (Renee & Holland, 2006).

Em meados dos anos 70, no Canadá, foi criado o conceito de “Tradução Feminista” por profissionais e estudantes de tradução que se juntaram para estudar o impacto que o patriarcado, o sexismo e a desigualdade entre homens e mulheres têm sobre a linguagem e em que medida é que afetam a tradução, deixando esta de se focar de uma forma ampla apenas na questão do vocabulário e no código linguístico e passando a examinar também o poder simbólico do feminino na linguagem e os termos conceituais que regulam o discurso e a escrita. Nos anos 80, estes estudos foram reconhecidos institucionalmente e focam-se em pontos como a desconfiança nas hierarquias tradicionais, a desconfiança nos papéis de género e a profunda suspeita sobre as regras que definem o significado de fidelidade por parte de quem traduz e das mulheres em relação aos seus superiores hierárquicos (autores e homens, respetivamente) (Castro & Ergun, 2018, p.12-13).

Através dos estudos mencionados anteriormente, o entendimento é o de que a tradução é um processo de mediação que não se sobrepõe à ideologia, uma vez que desde o seu início até aos dias de hoje houve necessariamente uma evolução na forma de perceber e de valorizar este processo linguístico que acompanhou a evolução das mentalidades e das dinâmicas sociais, ou seja, a tradução desenvolve-se através dela [da ideologia]. A desconfiança nas hierarquias tradicionais colocou em causa a questão da autoridade. As mulheres viram as suas liberdades físicas e intelectuais reprimidas e reservadas essencialmente à esfera doméstica, podendo no máximo exceder controladamente os seus conhecimentos para fins de entretenimento ou para educar a primeira infância, o que não era sinónimo de progresso social, senão de uma imposição do papel social tradicional de mãe de família. De igual forma, a “subalternização estrutural da mulher reflete-se naturalmente no panorama literário, onde é visível a auto e hétero-desvalorização da mulher enquanto autora ou ‘detentora de autoridade’”, dado que, outrora, a autoria de livros era reservada única e exclusivamente aos homens, a quem lhes era reconhecida a inteligência suficiente para ter a capacidade de transmitir conhecimento, para produzir conteúdo literário, enquanto que às mulheres era apenas permitido traduzir essas obras, reescrevê-las, manipulá-las. Contudo, mesmo a tradução era permitida sob condicionantes. Se assinassem as traduções com o seu nome próprio, o

juízo e a desconsideração seriam inevitáveis, o que as obrigava a publicar anonimamente ou até a assinar com o nome do marido. Entre meados do século XVIII e o início do século XIX, Therese Huber e o seu marido, por exemplo, eram tradutores na Alemanha, mas sempre que Therese assinava um trabalho seu, assinava com o nome do marido porque estava a par da humilhação que as mulheres tradutoras sofriam, da condenação em praça pública, de não serem pagas diretamente e de não poderem exercer esta atividade sem antes serem pressionadas a cumprir com os seus deveres domésticos (Castro & Ergun, 2018, p.5). Em Portugal, na mesma época, durante cerca de oito décadas, a desvalorização da mulher enquanto alguém totalmente capaz de produzir o mesmo trabalho que um homem, através da imposição social do anonimato, obrigou a que mais de vinte traduções fossem assinadas não com os seus nomes, mas com expressões como “uma senhora”, “uma menina portuguesa” ou “uma senhora portuguesa” (Sarmiento, 2015).

Segue-se então a desconfiança nos papéis de género ou, por outras palavras, a desconfiança acerca do que é a função do homem e o que é a função da mulher – neste contexto, ao homem cabia a atividade produtiva e à mulher cabia a atividade reprodutiva. De acordo com John Florio, a relação entre autor e tradutor e original e tradução eram sexualizadas, sendo autor e original conceitos masculinos, e tradutor e tradução conceitos femininos, ideia mais tarde corroborada por Lori Chamberlain que referiu que “(...) a oposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo organiza a forma como uma cultura valoriza o trabalho: este paradigma representa a originalidade ou a criatividade em termos de paternidade e autoridade, relegando a figura da mulher para uma variedade de papéis secundários” (tradução nossa) (Chamberlain, 1991).

A presunção de fidelidade estava também presente no processo tradutivo de uma forma exagerada e desequilibrada em relação às outras características que competem à tradução. De igual forma, a mulher não escapava a esta expectativa, havendo a língua criado inclusive terminologia ofensiva no feminino que nos remete para uma mulher infiel, carecendo a mesma desta no género masculino (os insultos criados exclusivamente para mulheres e inexistentes para os homens com o mesmo significado valem também para os dias de hoje, ou seja, palavras depreciativas que são utilizadas e cujo significado no dicionário remete, por exemplo, para mulheres com condutas sexuais ou com uma aparência física socialmente reprováveis, mas cuja reprovação não comporta um peso suficientemente significativo para que haja uma palavra que caracterize unicamente um

homem que opte pelas mesmas condutas sexuais ou que tenha a mesma aparência física). Da mesma forma que se esperava um compromisso, honra e obediência por parte da esposa com o seu marido, o mesmo era expectável por parte de quem traduz. Contudo, sabemos agora que mais importante do que uma tradução completamente fiel e alheia às nuances de cada língua para a qual é transferida, é a adaptação cultural que tem outro relevo, uma vez que mais importante do que a tradução ser fiel ao texto original, é a tradução ser fiel à cultura para a qual se dirige, ao entendimento do povo que irá usufruir dessa transição linguística. Segundo Barbara Johnson, “embora tanto os tradutores como os cônjuges estivessem outrora vinculados por contratos de amor, honra e obediência, e embora ambos traíssem inevitavelmente, o atual questionamento da possibilidade e conveniência do domínio consciente faz com que esse contrato pareça ilusório e explorador desde o início” (Johnson 1985:143 apud Simon, 2003).

Em suma, o consenso é o de que há “(...) um sistema linguístico e uma tradição filosófica ocidental em que as mulheres têm sido continuamente subjugadas e silenciadas pela lei patriarcal e por uma gramática e um léxico orientados para os homens que as alienaram da sua própria história, de padrões significativos de autoexpressão e, em última análise, umas das outras” (Gould 1990:156 apud Simon, 2003) e de que este é um problema transcultural e cujos estudos realizados devem chegar a todos os países para que se encontre uma solução adequada para cada contexto. No fundo, esta subjugação e este silenciamento presentes na linguagem são um reflexo da realidade das mulheres ao longo da história num mundo dividido em dois. Por um lado, temos países que têm permitido que se corrijam estes erros, mas onde, naturalmente, subsistem discriminações que sobrevivem à letra da legislação que tem evoluído a passos largos porque não há alteração legislativa que altere mentalidades. Esse trabalho compete essencialmente à educação pública, para que o preconceito não sobreviva encapotado e hipocritamente escondido apenas por receio de qualquer punição que possa advir. Por outro lado, temos países que aprofundam a segregação de género e o abismo entre homens e mulheres em termos de direitos sociais, afastando-as do poder político, impedindo-as de votar e de serem eleitas, atacando os seus direitos sexuais e reprodutivos através do bloqueio do acesso a métodos contraceptivos e, conseqüentemente, da criminalização da interrupção voluntária da gravidez, proibindo-as de exercer determinadas profissões, vedando-lhes o acesso à cultura, controlando a forma como se apresentam quando saem à rua, entre outras violações de direitos humanos. Subsistem discriminações que sobrevivem à letra da

legislação que tem evoluído a passos largos porque não há alteração legislativa que altere mentalidades. Esse trabalho compete essencialmente à educação pública, caso contrário, o preconceito subsiste encapotado e hipocritamente escondido apenas por receio de qualquer punição que possa advir.

De forma a salientar o peso real do uso do masculino como um género neutro, recuemos cerca de um século na história portuguesa, para um episódio que foi um dos momentos mais importantes no percurso de luta das mulheres pela igualdade de direitos.

No dia 28 de maio de 1911, Carolina Beatriz Ângelo ficou na história como a primeira mulher a votar em Portugal, logo após a implantação da República, nas primeiras eleições. Na altura, os requisitos para se poder exercer o direito de voto eram os seguintes: ser português, maior de 21 anos, saber ler e escrever, residir em território nacional e ser chefe de família. De acordo com esta formulação, Carolina Beatriz Ângelo assumiu que as mulheres estavam incluídas nos “portugueses”, cumprindo, assim, todos os requisitos: residia em território nacional, era médica e viúva. Pediu, então, para ser incluída nos cadernos eleitorais, tendo este requerimento sido rejeitado pela Comissão de Recenseamento e pelo Ministério do Interior. No entanto, o Tribunal deu razão a Carolina e ela pôde votar. Através do que se poderia apelidar de uma lacuna legal, Carolina aproveitou o facto de que o género masculino em português também pode englobar mulheres, não dando ao Tribunal outra alternativa que não atribuir-lhe a vitória nesta luta travada contra a Comissão de Recenseamento e o Ministério do Interior. O contexto em que Carolina se encontrava imperou sobre a forma como a lei estava escrita. Contudo, foi a primeira e única mulher a votar, tanto em 1911 como nos anos seguintes, uma vez que em 1913 o código eleitoral sofreu uma drástica alteração, de forma a especificar ainda mais que para se ter o direito de votar, para além de todos os outros requisitos, a pessoa tinha de ser um “cidadão do sexo masculino” (Nunes et al., 2022).

Esta é talvez uma das maiores provas da nossa história que evidencia que, no final de contas, o masculino neutro não é de facto neutro. Quando os homens que formularam o código eleitoral redigiram “portugueses”, não incluíam as mulheres na suas mentes, evidenciando a real natureza do uso do masculino. Certamente que Carolina Beatriz Ângelo não era a única mulher em Portugal que sabia ler e escrever e que por ser viúva lhe era incumbido o papel de chefe de família, no entanto, o masculino “neutro” permitia que, independentemente de haver estas exceções no que toca a modelos familiares, apenas pudessem votar os homens, os «portugueses». Assim acontece connosco no dia a dia,

apesar de os homens e as mulheres serem iguais perante a lei e de acordo com a Constituição da República Portuguesa. Não propositadamente, mas porque quando crescemos, a educação que recebemos não rompe com a cultura machista que exclui as mulheres da esfera pública. Esta exclusão da humanidade no seu todo no emprego do masculino como um suposto neutro continua a criar nas nossas cabeças imagens de homens – quando falamos nos médicos, nos políticos, nos bombeiros, nos psicólogos, nos jogadores, nos polícias, nos professores, nos diretores, nos trabalhadores e em todos os outros grupos de pessoas que são fundamentais para o normal funcionamento da nossa sociedade, mas que por uma questão de discriminação enraizada nas regras gramaticais e lexicais, a nossa linguagem torna-se excludente e sexista.

Por não ser biológica e sim sociológica, esta matéria é um dos principais alvos da extrema-direita. Para os movimentos políticos reacionários, o género não existe. Negam conceitos fruto de consenso proveniente de estudos sociológicos e propõem, em alguns casos, o fim do financiamento público ou até da oferta pública de cursos de sociologia de forma a impedir qualquer desenvolvimento que comprometa o conservadorismo. Dentro e fora da Europa, temos assistido à censura que estes partidos têm executado quando chegam ao poder. Em Espanha, o Vox e o Partido Popular, coligados em algumas Câmaras Municipais, começaram a censurar peças de teatro, filmes e livros que abordem temáticas sobre mulheres, homossexualidade, sexualidade, género, entre outras do mesmo estilo (RTP, 2023). Do mesmo modo, os pedidos de censura de livros relacionados com questões de género e com detalhes ao nível sexual aumentaram 38% em 2022 em comparação com o ano anterior, sob a mão do Partido Republicano que, ao longo do tempo, tem assumido cada vez mais uma retórica fascizante relativamente aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI+ (Shaffi, 2023).

2.1 O Género Linguístico/Gramatical

A língua portuguesa, tal como referido anteriormente, é uma língua de género gramatical (ou uma língua com marca de género) na qual o género representa uma categoria morfossintática, ou seja, todos os nomes têm género, masculino ou feminino.

Nesta categoria, o feminino é um género marcado, ou seja, de um modo geral, o feminino é usado para indicar apenas o género feminino, transformando-se através da terminação em "-a" a partir duma palavra no género masculino – por exemplo, “doutor” torna-se “doutora”, “pintor” torna-se “pintora”. Pelo contrário, também de um modo

geral, o masculino é um género não-marcado, ou seja, é usado de forma neutra/genérica para se referir a ambos os géneros, masculino e feminino, quando o mesmo é irrelevante na comunicação. Neste caso, o género masculino é não-marcado, uma vez que, e repetindo os exemplos, "doutor" e "pintor" podem ser usados para mencionar doutores e pintores do sexo masculino e do sexo feminino (Choupina, 2017).

Há, no entanto, o argumento de que o género masculino e o género feminino não são utilizados apenas para mencionar seres humanos e que poderia ser utilizado para descartar a hipótese de haver sexismo na língua portuguesa. Analisemos, então, este argumento dividindo-o em duas partes:

- Em primeiro lugar, é verdade que o masculino e o feminino podem ser utilizados para mencionar coisas inanimadas (nomes comuns), porém, neste caso o género é completamente irrelevante, não se traduz em nada no mundo real/extralinguístico e, muitas vezes, possui até um género diferente noutras línguas (Gouveia, 1999).
- Em segundo lugar, é também verdade que o masculino e o feminino podem fazer referência a animais cujo nome se manifesta apenas num dos géneros, fazendo-se a especificação do sexo biológico quando necessário através da adição de "macho" ou "fêmea" no final da palavra (nomes epicenos), contudo, não sendo esta a regra para todos os animais, tampouco se pode comparar com a realidade humana uma vez que os nomes epicenos existem no masculino e no feminino e, à semelhança do ponto anterior, isto tampouco se traduz em algo do ponto de vista da mentalidade e do mundo real (Rocha, 2016).

No que diz respeito à esfera humana, há palavras que foram criadas e que inicialmente apenas existiam sob a forma masculina – nomeadamente quando se falava em profissões e cargos –, uma vez que, até à data, apenas os homens ocupavam esses lugares. Após o progresso e as transformações sociais terem permitido que as mulheres ocupassem esses postos, criou-se a versão feminina dos nomes dessas palavras. Por exemplo, a partir do momento em que as mulheres puderam aceder à magistratura, o termo "juiz" ganhou o seu correspondente feminino, pelo que não se diz "a juiz", mas "juíza" (Peixoto Da Fonseca, 2007).

Em suma, ao longo de várias décadas, os estudos acerca de toda a temática abordada neste capítulo destacaram o papel da tradução no mundo literário em conjunto com a evolução do papel das mulheres na sociedade, tendo como base a importância do

conceito de género como uma construção social sob um sistema de valores que se imiscuíram também na linguagem, levando a que esta desempenhe um papel na perpetuação de estereótipos de género. Posto que a influência da linguagem na geração de expectativas em relação a homens e mulheres refletia e reflete a forma como as mulheres foram historicamente desvalorizadas e silenciadas, considerou-se necessária uma discussão do uso do masculino como neutro e como isto resulta na exclusão das mulheres na linguagem, criando-se também deste modo o conceito de Tradução Feminista.

Uma vez concretizada a ideia por detrás da linguagem inclusiva, resta olharmos para o português europeu, perceber se esta preocupação está presente nas traduções feitas a partir do inglês e se estas seguem as recomendações feitas a nível nacional e internacional, tal como exposto ao longo deste trabalho.

**CAPÍTULO III – O PANORAMA ATUAL DO USO DE LINGUAGEM
INCLUSIVA NA TRADUÇÃO DE INGLÊS PARA O PORTUGUÊS
EUROPEU**

De forma a compreender o panorama atual da preocupação com a linguagem inclusiva do ponto de vista do género na tradução do inglês para o português europeu e tendo em consideração que a generalidade das recomendações provem de instituições de cariz político, governamental e não-governamental nacionais e internacionais, este capítulo debruça-se essencialmente sobre a tradução de discursos realizados na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu. No que toca a este assunto, as associações feministas e LGBTQ+, à partida, poderiam ser uma boa ferramenta para fazer uma comparação entre textos que certamente não usariam o género masculino como género neutro na tradução para português, contudo, por utilizarem diversas vezes sistemas linguísticos que não são gramaticalmente corretos – recorrendo ao sistema Elu/Eli, ao “x” e ao “@” –, as estratégias utilizadas por estas associações não seriam adequadas para servir como exemplo.

Dado que os exemplos advirão de um contexto político-institucional, poder-se-ia também recorrer a documentos dos grupos parlamentares do Parlamento Europeu, contudo, estes não seriam um exemplo totalmente viável. Sendo esta uma questão por norma politicamente tendenciosa no sentido em que o uso de linguagem inclusiva de género, como já foi exemplificado no primeiro capítulo, está mais presente no discurso oral e escrito de partidos políticos dum determinado quadrante político e não em todo o espectro político, a conclusão foi a de que os textos que poderiam ser passíveis de análise não seriam um objeto verdadeiramente neutro e que permitisse retirar uma conclusão do ponto de vista da tradução.

Neste sentido, para além da garantia de que a gramaticalidade está a ser respeitada, esta análise específica de traduções feitas no início do ano 2000 e traduções feitas a partir de 2020 tem como objetivo perceber se com o decorrer do tempo a preocupação com o sexismo linguístico expressado pelas instituições da União Europeia, por meio da elaboração de guias práticos para a implementação de linguagem inclusiva, se refletiu na prática. A demonstração está estruturada da seguinte forma: há quatro fontes originalmente redigidas em inglês e cada uma contém três excertos onde estão presentes marcas de género passíveis de serem traduzidas de forma inclusiva. Após o original e o excerto traduzido, segue-se uma sugestão de tradução inclusiva de autoria própria em concordância com as recomendações do guião emitido pelo Parlamento Europeu citadas no primeiro capítulo.

- Discurso de Pat COX, Presidente do Parlamento Europeu ao Conselho Europeu Informal de Salónica (16 de junho de 2003)¹

1) Texto Fonte: “**Everybody** could think of different improvements on different articles.”

Tradução: “**Todos** poderiam pensar em diferentes melhorias para os diferentes artigos.”

Proposta Inclusiva: “**Toda a gente** poderia pensar em diferentes melhorias para os diferentes artigos.”

Estratégia: Expressão neutra em género.

2) Texto Fonte: “**Our electors** are blithely indifferent to questions of qualified majority voting and subsidiarity; **they** want action on jobs, on security and on peace. **They** are less interested in how we organise the input, more **concerned** with our output capacity.”

Tradução: “**Os nossos eleitores** são alegremente indiferentes às questões da votação por maioria qualificada e da subsidiariedade; querem acção no que se refere ao emprego, à segurança e à paz. Estão menos **interessados** no modo como alimentamos a máquina do que com a nossa capacidade para obter resultados.”

Proposta Inclusiva: “**Quem nos elegeu** é alegremente indiferente às questões da votação por maioria qualificada e da subsidiariedade; quer acção no que se refere ao emprego, à segurança e à paz. **Tem menos interesse** no modo como alimentamos a máquina do que com a nossa capacidade para obter resultados.”

Estratégia: Substituição de formas marcadas quanto ao género por pronomes invariáveis (com a reestruturação necessária do resto da frase).

¹ https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/en/sp0061.htm (versão em inglês)
https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/pt/sp0061.htm (versão em português)

- 3) Texto Fonte: “I therefore welcome the fact that at this European Council you will also be addressing issues of direct concern to **Europeans**.”

Tradução: “Regozijo-me, por conseguinte, pelo facto de neste Conselho Europeu virem igualmente a ser abordadas questões que preocupam directamente **os europeus**.”

Proposta Inclusiva: “Regozijo-me, por conseguinte, pelo facto de neste Conselho Europeu virem igualmente a ser abordadas questões que preocupam directamente **os europeus e as europeias**.”

Estratégia: Alternância entre o género masculino e o feminino.

- Discurso do Presidente COX ao Conselho Europeu (18 de junho de 2004)²

- 1) Texto Fonte: “(...) a difficulty for **many people** to relate to the EU and to appreciate the real benefits which it brings to their daily lives.”

Tradução: “(...) a dificuldade de **muitos cidadãos** de estabelecer uma relação com a UE e de apreciar os benefícios reais que esta acarreta para o seu quotidiano.”

Proposta Inclusiva: “(...) a dificuldade de **muitas pessoas** de estabelecer uma relação com a UE e de apreciar os benefícios reais que esta acarreta para o seu quotidiano.”

Estratégia: Expressão neutra em género (neste caso, uma tradução mais literal teria sido mais inclusiva).

- 2) Texto Fonte: “The responsibility of **European statesmen** is now to take a stand for Europe.”

Tradução: “**Os estadistas europeus** têm agora a responsabilidade de erguer a sua voz pela Europa.”

² https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/en/sp0089.htm (versão em inglês)
https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/pt/sp0089.htm (versão em português)

Proposta Inclusiva: “**Quem governa na União Europeia** tem agora a responsabilidade de erguer a sua voz pela Europa.”

Estratégia: Substituição de formas marcadas quanto ao género por pronomes invariáveis.

- 3) Texto Fonte: “(...) not behind the backs of parliaments, national and European, but, openly, with real consultation and dialogue with **parliamentarians.**”

Tradução: “(...) não nas costas dos parlamentos nacionais e europeu, mas abertamente, consultando e dialogando realmente com **os deputados.**”

Proposta Inclusiva: “(...) não nas costas dos parlamentos nacionais e europeu, mas abertamente, consultando e dialogando realmente com **os membros dos parlamentos.**”

Estratégia: Expressão neutra em género.

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 (05-03-2020)³

- 1) Texto Fonte: “**Everyone** should be safe in their homes, in their close relationships, in their workplaces, in public spaces, and online.”

Tradução: “**Todos** devemos sentir-nos em segurança nas nossas casas, relacionamentos próximos, locais de trabalho, espaços públicos e em linha.”

Proposta Inclusiva: “**Todas as pessoas** devem sentir-se em segurança nas suas casas, relacionamentos próximos, locais de trabalho, espaços públicos e em linha.”

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152> (versão em inglês)
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152> (versão em português)

Estratégia: Expressão neutra em género (com a reestruturação necessária do resto da frase, acrescentando que uma tradução mais literal teria também sido mais inclusiva).

- 2) Texto Fonte: “(...) implement the existing EU rules on protecting **workers** from sexual harassment, and raise **people’s** awareness of them.”

Tradução: “(...) a aplicar as regras da UE em vigor em matéria de proteção **dos trabalhadores** contra o assédio sexual e a sensibilizar **os cidadãos**.”

Proposta Inclusiva: “(...) a aplicar as regras da UE em vigor em matéria de proteção **dos trabalhadores e das trabalhadoras** contra o assédio sexual e a sensibilizar **as populações**.”

Estratégia: Alternância entre o género masculino e o feminino e expressão neutra em género.

- 3) Texto Fonte: “It will tackle all spheres of life with an intersectional approach and a focus on **youth** engagement, in collaboration with the Member States.”

Tradução: “Em colaboração com os Estados-Membros, abordará todas as esferas da vida através de uma abordagem interseccional, dando especial atenção à participação **dos jovens**.”

Proposta Inclusiva: “Em colaboração com os Estados-Membros, abordará todas as esferas da vida através de uma abordagem interseccional, dando especial atenção à participação **jovem**.”

Estratégia: Expressão neutra em género (uma tradução mais literal teria também sido mais inclusiva).

- Proposta de Resolução sobre a agressão russa contra a Ucrânia (01-03-2022)⁴
 - 1) Texto Fonte: “(...) whereas an ever-growing number of **Ukrainian civilians** are losing their lives in the war waged by the Kremlin against the population of Ukraine;”

Tradução: “(...) que um número cada vez maior de **civis ucranianos** está a perder a vida na guerra travada pelo Kremlin contra a população da Ucrânia;”

Proposta Inclusiva: “(...) que um número cada vez maior de **civis ucranianos/as** está a perder a vida na guerra travada pelo Kremlin contra a população da Ucrânia;”

Estratégia: Uso de barras para incluir o masculino e o feminino.
 - 2) Texto Fonte: “(...) in order to provide immediate access to protection to **all refugees** from Ukraine;”

Tradução: “(...) a fim de proporcionar acesso imediato à proteção a **todos os refugiados** da Ucrânia;”

Proposta Inclusiva: “(...) a fim de proporcionar acesso imediato à proteção a **todos os refugiados e refugiadas** da Ucrânia;”

Estratégia: Alternância entre o género masculino e o feminino e expressão neutra em género.
 - 3) Texto Fonte: “(...) calls on the Member States and allied countries with residence by investment schemes to review **all beneficiaries** of such residence status (...).”

Tradução: “(...) insta os Estados-Membros e os países aliados que dispõem de regimes de concessão de residência através do investimento a

⁴ https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0052_EN.html (versão em inglês)
https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0052_PT.html (versão em português)

reexaminarem **todos os beneficiários** do referido estatuto de residência (...).”

Proposta Inclusiva: “(...) insta os Estados-Membros e os países aliados que dispõem de regimes de concessão de residência através do investimento a reexaminarem **todas as pessoas que beneficiam** do referido estatuto de residência (...).”

Estratégia: Expressão neutra em género.

Comparando os primeiros dois exemplares – o de 2003 e o de 2004 – com os dois últimos – o de 2020 e o de 2022 –, torna-se claro que, apesar das recomendações propostas por parte das instituições europeias ao longo destas duas décadas, não houve uma tentativa de aplicá-las nas traduções feitas para português europeu. Além do mais, neste caso, ao contrário dos exemplos mais antigos, os mais recentes apresentaram situações em que a tradução transformou expressões em inglês originalmente inclusivas do ponto de vista do género em expressões linguisticamente sexistas em português europeu, ou seja, uma tradução literal teria tido mais sucesso na eliminação do género masculino como um género neutro.

Partindo, pois, do princípio de que em Espanha – assim como em outros países de língua oficial espanhola – esta matéria está estudada de forma mais aprofundada e de que nestes países a linguagem inclusiva merece uma atenção de um modo geral mais notória do que em Portugal, olhemos exatamente para os mesmos exemplos citados anteriormente, no contexto europeu, de forma a perceber se essa diferença se reflete na prática.

- Discurso del Sr. Pat COX Presidente del Parlamento Europeo ante el Consejo Europeo Salónica (16 de junio de 2003)⁵
 - 1) Texto Fonte: “**Everybody** could think of different improvements on different articles.”

⁵ https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/es/sp0061.htm

Tradução: “**Todos** sugieren diferentes mejoras a distintos artículos.”

- 2) Texto Fonte: “**Our electors** are blithely indifferent to questions of qualified majority voting and subsidiarity; **they** want action on jobs, on security and on peace. **They** are less interested in how we organise the input, more **concerned** with our output capacity.”

Tradução: “**Nuestros electores** son absolutamente indiferentes a cuestiones como votación por mayoría cualificada o subsidiariedad, lo que quieren es que se haga algo para el trabajo, la seguridad y la paz. No están tan **interesados** en saber cómo organizamos nuestra aportación, lo que les preocupa es nuestra capacidad de llegar a resultados.”

- 3) Texto Fonte: “I therefore welcome the fact that at this European Council you will also be addressing issues of direct concern to **Europeans**.”

Tradução: “Por lo tanto, me alegro de que este Consejo Europeo también trate asuntos que afectan directamente a **los europeos**.”

- Discurso pronunciado por Pat COX, Presidente del Parlamento Europeo ante el Consejo Europeo (18 de junio de 2004)⁶

- 1) Texto Fonte: “(...) a difficulty for **many people** to relate to the EU and to appreciate the real benefits which it brings to their daily lives.”

Tradução: “(...) la dificultad que encuentran **muchas personas** para relacionarse con la UE y apreciar los beneficios reales que aporta a sus vidas cotidianas.”

Nota: Em português, “many people” foi traduzido para “muitos cidadãos”. Em espanhol, a tradução foi feita de forma literal, tal como sugerido

⁶ https://www.europarl.europa.eu/former_ep_presidents/president-cox/speeches/es/sp0089.htm

anteriormente na proposta inclusiva, tornando-se mais inclusiva do ponto de vista de género.

- 2) Texto Fonte: “The responsibility of **European statesmen** is now to take a stand for Europe.”

Tradução: “Ahora, la responsabilidad de **los hombres de estado europeos** es tomar partido por Europa.”

Nota: Neste caso, a opção tradutiva acabou por acentuar mais a desigualdade de género do que a expressão original em inglês que, de forma objetiva, exclui também as mulheres.

- 3) Texto Fonte: “(...) not behind the backs of parliaments, national and European, but, openly, with real consultation and dialogue with **parliamentarians**.”

Tradução: “(...) no a espaldas de los Parlamentos nacionales y europeo, sino de forma abierta, consultando y dialogando de forma efectiva con **los parlamentarios**.”

- Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo, al Consejo, al Comité Económico y Social Europeo y al Comité de las Regiones (05-03-2020)⁷

- 1) Texto Fonte: “**Everyone** should be safe in their homes, in their close relationships, in their workplaces, in public spaces, and online.”

Tradução: “**Todos** debemos estar seguros en nuestros hogares, en nuestras relaciones personales, en nuestros lugares de trabajo, en los espacios públicos y en línea.”

⁷ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0456>

- 2) Texto Fuente: “(...) implement the existing EU rules on protecting **workers** from sexual harassment, and raise **people’s** awareness of them.”

Tradução: “(...) a aplicar las normas vigentes de la UE sobre la protección de **los trabajadores** ante el acoso sexual, y a sensibilizar a **la población** respecto de ellas.”

Nota: Nesta situação, a tradução literal de *people*, mais uma vez, acabou por ser mais inclusiva do que a tradução em português que optou também por traduzir para os cidadãos.

- 3) Texto Fuente: “It will tackle all spheres of life with an intersectional approach and a focus on **youth** engagement, in collaboration with the Member States.”

Tradução: “En ella se abordarán todos los ámbitos de la vida con un planteamiento interseccional y con especial hincapié en la participación de **los jóvenes**, en colaboración con los Estados miembros.”

- Resolución del Parlamento Europeo sobre la agresión rusa contra Ucrania (01-03-2022)⁸

- 1) Texto Fuente: “(...) whereas an ever-growing number of **Ukrainian civilians** are losing their lives in the war waged by the Kremlin against the population of Ukraine;”

Tradução: “que son cada vez más **los civiles ucranianos** que están perdiendo la vida en la guerra librada por el Kremlin contra la población ucraniana;”

- 2) Texto Fuente: “(...) in order to provide immediate access to protection to **all refugees** from Ukraine;”

⁸ https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0052_ES.html

Tradução: “(...) con el fin de que **todos los refugiados** procedentes de Ucrania reciban acceso inmediato a la protección;”

- 3) Texto Fonte: “(...) calls on the Member States and allied countries with residence by investment schemes to review **all beneficiaries** of such residence status (...).”

Tradução: “(...) pide a los Estados miembros y a los países aliados con programas de residencia para inversores que examinen **todos los beneficiarios** de dicho estatuto de residencia (...).”

À semelhança do que foi analisado na tradução para português, o resultado não diferiu. Em todos os casos, optou-se pelo género masculino como um género neutro, salvo raras exceções e apenas por uma questão de tradução literal do texto, e nenhuma estratégia fornecida pela União Europeia através das suas instituições foi utilizada.

De forma a compreender, através destes casos, uma possível problemática relacionada com o género masculino neutro, analisemos o segundo excerto do discurso do Presidente COX ao Conselho Europeu de 18 de junho de 2004. Por um lado, se a tradução para espanhol tivesse optado pela expressão “los estadistas”, ainda que mantivesse o género masculino como um género neutro, à partida, incluiria também mulheres que fossem governantes no contexto da União Europeia. Por outro lado, o próprio termo em inglês no discurso original contém o sufixo *men* (homens) – apesar da língua oferecer alternativas como “statesperson” ou “statespeople” –, pelo que tanto “estadistas” como “hombres de estado” seriam opções corretas. Contudo, a escolha da expressão “hombres de estado”, ou seja, homens de estado, intensificou a perspetiva sexista de que um cargo de governação de um país deve ser ocupado idealmente por um homem. Poder-se-ia argumentar que, tendo em conta que este discurso foi feito em 2004, eventualmente todos os estados-membros da União Europeia seriam liderados apenas por homens, mas seria um argumento errado. No ano anterior ao discurso, em 2003, Anneli Jäätteenmäki encabeçou o governo da Finlândia. Aproximadamente dois meses antes também deste discurso, a 1 de maio de 2004, a Polónia liderada pela Primeira-Ministra Izabela Jaruga-Nowacka tinha já integrado oficialmente a União Europeia. Neste caso em

particular, de um modo geral, quem defende que o género masculino é também um género neutro poderia referir-se às Primeiras-Ministras Anneli e Izabela como os estadistas (em conjunto com todos os outros Primeiros-Ministros), dado que o substantivo estadista, quando não precedido de um artigo definido masculino, serve tanto para homens como para mulheres. Não obstante, nem de forma isolada, nem como referência a um grupo heterogéneo em termos de género se refeririam às mesmas como homens de estado.

Em suma, no decorrer destas duas décadas entre os dois primeiros exemplos e os dois últimos, torna-se evidente que a preocupação com a linguagem inclusiva do ponto de vista de género aumentou, assim como a visibilidade dada a este tema, porém, também não se refletiu na prática.

Como referido ao longo deste trabalho, a linguagem inclusiva do ponto de vista do género tem vindo a ser debatida ao longo de várias décadas e a procura por uma solução que coloque todas as pessoas, independentemente do género, em pé de igualdade nesta ferramenta que usamos para comunicar tem sido transversal e tem tido uma dimensão internacional. Não obstante, atualmente, a preocupação com a eliminação do sexismo linguístico, no sentido prático, está de um modo geral polarizado no contexto português. Quer isto dizer que, por um lado, apesar de existirem orientações oficiais por parte de instituições governativas, políticas e académicas que nos guiam neste sentido, a tradução do inglês para o português europeu continua a recorrer ao género neutro tradicional, trate-se ou não de uma tradução literal. Por outro lado, as entidades que, como regra, utilizam sempre linguagem inclusiva, além de recorrerem às estratégias aqui explanadas, fazem também uso de estratégias que não respeitam as normas legais da língua portuguesa, chegando até a escrever de forma ilegível e impronunciável. Em suma, ainda não atingimos um consenso, nem teórico, nem prático.

O tema abordado ao longo deste trabalho, não sendo novo, acarreta consigo uma vasta bibliografia ao longo de décadas de pessoas que se dedicaram a esmiuçar não só a linguagem de um ponto de vista meramente linguístico, mas também a analisá-la de forma mais abrangente, olhando para a história, para a sociologia, para a antropologia, para a política, para a literatura, entre outras áreas que permitem analisar as relações de género até aos dias de hoje. Ao mesmo tempo, tendo optado por elaborar este trabalho sob o ponto de vista da língua portuguesa, mais concretamente o português europeu, acabou por se tornar evidente a enorme escassez de fontes, estudos, literatura, artigos que abordem a questão da linguagem inclusiva do ponto de vista de género de forma teórica, a relação entre o patriarcado e a linguagem e as implicações de todos estes fatores no processo tradutivo. Sendo o principal alvo a tradução de inglês para português europeu, dada a proximidade da língua espanhola com a língua portuguesa e considerando também o facto de que esta matéria está muito mais fundamentada em bibliografia em inglês e em espanhol, o recurso a exemplificações na língua espanhola revelaram-se interessantes e também esclarecedoras.

A linguagem inclusiva do ponto de vista de género poderia igualmente abarcar consigo o debate acerca da revisão do Acordo Ortográfico de modo a criar um terceiro género na língua portuguesa, contudo, estando este trabalho inserido no contexto do Mestrado de Tradução e Interpretação, não faria sentido uma longa exposição acerca de

um assunto que está de grosso modo enquadrado na área da Linguística. No entanto, foi importante a menção e o esclarecimento de questões do ponto de vista linguístico com vista a justificar o porquê de esta ser uma questão relevante, estimulando também a reflexão interna e coletiva, de modo a que se possa proporcionar o início de estudos sérios, extensivos e sistemáticos em Portugal acerca desta problemática, uma vez que a análise realizada neste trabalho recorre a uma análise qualitativa de alguns exemplos escolhidos ao acaso. Afigura-se, portanto, necessário um estudo através de análise de corpora de textos produzidos por estas e outras organizações, para a obtenção de resultados com validade estatística.

Se o segundo capítulo pôde revelar a importância dos guias práticos de aplicação da linguagem inclusiva, não só pela variedade de estratégias apresentadas, mas também pelo facto de terem sido elaborados por instituições importantíssimas e reconhecidas pelo mundo inteiro, o terceiro capítulo mostrou também que, de momento, estes guias não são encarados como um dever a ser minimamente cumprido, senão como uma mera sugestão. Deste modo, ressurgiu o problema da carência de materiais de análise e de termos de comparação escritos em português europeu como língua-alvo de chegada traduzidos do inglês como língua-alvo de partida. Se as mais altas instituições recomendam algo que na prática não executam no âmbito da tradução e se a linguagem inclusiva está ainda somente à mercê de pessoas individuais, de associações, de organizações não-governamentais e de partidos e movimentos políticos mais sensíveis a estas questões, este trabalho acaba por se tornar não numa exposição acerca de qual é a estratégia inclusiva preferida e consensualizada por parte de quem faz as traduções no nosso país, mas numa simples amostra de como idealmente deveria ser aplicada esta preocupação com a desigualdade de género na linguagem, desigualdade essa que comporta consigo as consequências previamente detalhadas no mundo extralinguístico ao nível das dinâmicas sociais nos mais diversos contextos.

Deste modo, à semelhança de como tudo se iniciou no Canadá, deveria haver em Portugal um esforço conjunto por parte de várias pessoas especialistas nos diversos ramos de estudo da Língua Portuguesa e das Humanidades de forma a elaborar pesquisas, estudos, artigos científicos e obras literárias acerca das relações entre o género, a linguagem e a tradução. Caso contrário, sem estas fontes e sem estas informações, a sociedade portuguesa muito dificilmente conseguirá debater com consistência e sabedoria acerca deste assunto.

De um ponto de vista pessoal, enquanto alguém que há vários anos tem vindo a escrever, sempre que possível, com linguagem inclusiva (seja em contextos mais ou menos formais, seja publicamente ou na esfera mais privada, seja de forma escrita ou oralmente), enquanto alguém que se revê na ideia de que a discriminação e inferiorização da mulher e a invisibilização das pessoas não-binárias estão também entranhadas na linguagem com que falamos diariamente desde que dissemos as primeiras palavras até ao dia de hoje e que esta última tem andado historicamente de mãos dadas com uma mentalidade estruturalmente machista na nossa sociedade à qual não conseguimos escapar por muito progressistas que sejamos ou que tenha sido a educação que recebemos, defendo que a tradução deve também ter em consideração esta preocupação. Não sendo a tradução literal a única forma de tradução válida e recomendável, se é possível transpor a mensagem original e a ideia por detrás dessa mensagem da língua original para português e se o acordo ortográfico da língua portuguesa permite que todos estes fatores sejam conciliados, é possível não continuar a perpetuar a ideia de que o género masculino abrange todas as pessoas, que o género feminino não passa de um género marcado e que esta questão deve estar fora do mundo da tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cambridge Dictionary (2023). Nouns and gender. In Grammar. <https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/nouns-and-gender>

Carvajal, L., & Carvajal, L. (2021, June 28). Irene Montero, sobre el uso de "todes": "El masculino neutro es político y sirve para decir. ELMUNDO. <https://www.elmundo.es/espana/2021/06/28/60d99c64e4d4d895178b45e6.html>

Castro, O., & Ergun, E. (2018). Translation and feminism. *The Routledge handbook of translation and politics*, 125-143.

Castro, O., Spoturno, M. L., Florez Valdez, M. B., & Barboza, B. R. G. (2022). *Feminism and translation:: Conceptual and methodological notes for transnational feminist studies in translation.*

Castro, Olga and Emek Ergun. 2018. "Translation and Feminism". Jon Evans and Fruela Fernandez (eds.), *The Routledge Handbook of Translation and Politics*. London: Routledge, 2018. 125-143.

Catanesi, S. C. (2021, November 11). PP y Vox aprueban multar a quien use el lenguaje inclusivo en la Administración de Murcia. *elDiario.es*. https://www.eldiario.es/murcia/politica/pp-vox-sacan-adelante-mocion-sancionar-lenguaje-inclusivo-administracion-murciana_1_8476375.html

Chamberlain, L. (2018). Gender and the Metaphorics of Translation. In *Rethinking Translation* (pp. 57-74). Routledge.

Choupina, C. M. (2011). Reflexões sobre o género em Português Europeu e em Tétum. *elingUP: Revista eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto*, 3.

Choupina, C. M. (2017). REFLEXÕES SOBRE O GÉNERO EM PORTUGUÊS EUROPEU E EM TÉTUM. *Revista Eletrónica De Linguística Dos Estudantes Da Universidade Do Porto*. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/2523/2311>

Coto, S. (2021, July 30). PP y Vox se unen en Majadahonda para prohibir el lenguaje inclusivo - El Plural. *El Plural*. https://www.elplural.com/autonomias/pp-vox-unen-majadahonda-prohibir-lenguaje-inclusivo_271902102

Council of Europe. (n.d.). What is gender mainstreaming? Gender Equality. <https://www.coe.int/en/web/genderequality/what-is-gender-mainstreaming>

De Lotbinière-Harwood 1991 : 95. Simon, S. (2003). Gender in translation. Routledge.

De Melo Gonçalves, M. (2022, June 1). Pronomes e linguagem. Uma Língua Portuguesa mais inclusiva. DN. <https://www.dn.pt/sociedade/pronomes-e-linguagem-uma-lingua-portuguesa-mais-inclusiva-14895457.html~>

Debczak, M. (2022, July 8). The history of the singular “They.” Mental Floss. <https://www.mentalfloss.com/posts/singular-they-history>

Durán, G. (2021, June 25). «Orgullo de todes»: Irene Montero impone su patada al diccionario en el mensaje oficial del Ministerio. okdiario.com. <https://okdiario.com/espana/orgullo-todes-irene-montero-impone-patada-diccionario-mensaje-oficial-del-ministerio-7422284>

Editors of Merriam-Webster. (2020). Singular 'They' <https://www.merriam-webster.com/wordplay/singular-nonbinary-they>

Editors of Merriam-Webster. (2021). How does a word get into the dictionary? In Merriam-Webster. <https://www.merriam-webster.com/grammar/how-does-a-word-get-into-the-dictionary>

Erdocia, I. (2022). Language and culture wars: The far right’s struggle against gender-neutral language. *Journal of Language and Politics*, 21(6), 847-866.

Fries, C. C. (1927). *The teaching of the English language*. T. Nelson and sons.

Gouveia, M. C. D. F. (1999). A propósito do masculino genérico em Português. *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 21-28.

International IDEA. (n.d.) Map: Analysing progress and setbacks for gender equality in Europe. <https://www.idea.int/blog/map-analysing-progress-and-setbacks-gender-equality-europe>

Johnson 1985:143 apud Simon, 2003. *Gender in translation*. Routledge.

Knox, L. (2019). Merriam-Webster adds nonbinary ‘they’ pronoun to dictionary. NBC News.

Lattanzio, F. F., & de Carvalho Ribeiro, P. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, 30(3), 409-425.

Legal recognition of non-binary gender by country | Equaldex. (n.d). <https://www.equaldex.com/issue/non-binary-gender-recognition>

Litosseliti, Lia. *Gender and language theory and practice*. Routledge, 2014.

Lusa. (2021, October 29). Governo brasileiro veta uso de linguagem inclusiva em projetos culturais. *TSF Rádio Notícias*. <https://www.tsf.pt/mundo/governo-brasileiro-veta-uso-de-linguagem-inclusiva-em-projetos-culturais-14268627.html>

McVeigh, K. (2022, October 19). More rights defenders murdered in 2021, with 138 activists killed just in Colombia. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/global-development/2022/mar/02/more-human-rights-defenders-murdered-2021-environmental-indigenous-rights-activists>

Morales, M., Morales, M., & Morales, M. (2020, October 23). La RAE presenta su nueva web, con un “Observatorio” de palabras que no están en el ‘Diccionario.’ *El País*. <https://elpais.com/cultura/2020-10-23/la-rae-presenta-su-nueva-web-con-un-observatorio-de-palabras-que-no-estan-en-el-diccionario.html>

Mujeres, O. N. U. (2017). *Guía para el uso de un lenguaje inclusivo al género*.

Nacion, L. (2020, November 3). La Real Academia Española retira el pronombre “elle” de su Observatorio de palabras. *LA NACION*. <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/la-real-academia-espanola-retira-pronombre-elle-nid2498809/>

Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. *Admin.* (n.d.). – <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>

Parlamento Europeu (2018). *Linguagem neutra do ponto de vista de género no Parlamento Europeu*. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf

Peixoto Da Fonseca, F. V. (2007, June 22). A juíza + a aprendiz. *Ciberdúvidas Da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-juiza--a-aprendiza/21054>

Renee, L., & Holland, A. (2005). *Simone de Beauvoir's Fiction: Women and Language* (Vol. 10). Peter Lang.

Renee, L., & Holland, A. (2006). *Simone de Beauvoir's Fiction: Women and Language* (Vol. 10). https://books.google.es/books?hl=pt-PT&lr=&id=3asOagBtz1IC&oi=fnd&pg=PP11&dq=%22reflects+their+values,+their+p retentions,+their+prejudices%22&ots=AEFq0vXm9G&sig=wi9C2q0jJNieI-ux54_aSu2gON0&redir_esc=y#v=onepage&q=%22reflects%20their%20values%2C%20their%20pretentions%2C%20their%20prejudices%22&f=false

Rocha, C. (2016, April 29). Sobre o género gramatical das palavras. *Ciberdúvidas Da Língua Portuguesa*. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/correio/sobre-o-genero-gramatical-das-palavras/33519#>

RTP, Nunes, J., Da Costa, J. P., & Teles, P. D. C. (2022, January 5). *Beatriz Ângelo, a primeira mulher a votar em Portugal*. RTP Ensina. <https://ensina.rtp.pt/artigo/beatriz-angelo-a-primeira-mulher-a-votar-em-portugal/>

RTP. (2023). *Municípios do PP e VOX já começaram a censurar obras de arte* [Video]. RTP. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/municipios-do-pp-e-vox-ja-comecaram-a-censurar-obras-de-arte_v1498633

Sarmiento, C. (2015). *Estudos Interculturais Aplicados. Textos, Turismos e Tipologias*. Porto: Vida Económica.

Shaffi, S. (2023b, April 24). *Calls to ban books hit highest level ever recorded in the US*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/24/calls-to-ban-books-hit-highest-level-recorded-in-the-us-censorship>

Tripathi, S. (2023). *Examining the gender equity outlook and patriarchal beliefs of police constables in Allahabad, India: A machine learning approach*. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 17, paac075.

UN Women Asia and the Pacific. (n.d.). *Gender-inclusive language guidelines: Promoting gender equality through the use of language*.

United Nations. (n.d.). *UNITED NATIONS Gender-inclusive language*. <https://www.un.org/en/gender-inclusive-language/guidelines.shtml>

Urouro, E. (2019, September 15). El lenguaje inclusivo aprobado recientemente desaconseja el uso de x, e y @. El Resaltador. <https://elresaltador.com.ar/el-lenguaje-inclusivo-aprobado-recientemente-desaconseja-el-uso-de-x-e-y/>

Vasconcelos, C. (2023, January 29). Pelo 14o ano, Brasil é país que mais mata pessoas trans; foram 131 em 2022. UOL. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm>

Wheeler, A. (2019). Merriam-Webster dictionary adds 'they' as nonbinary pronoun. The Guardian.

World Economic Forum (2020, February 8). Gender is where the feminist and LGBTI movements meet. Here's why. <https://www.weforum.org/agenda/2019/07/gender-where-feminist-movements-and-lgbti-movements-meet/>

World Economic Forum. (2023). Global Gender Gap Report 2023.

World Health Organization: WHO. (2019, June 19). Gender. https://www.who.int/health-topics/gender#tab=tab_1